

Boletim de GESTÃO PÚBLICA

Nº 41/2026



Governador do Estado do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

Vice-governadora do Estado do Ceará

Jade Afonso Romero

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Alexandre Sobreira Cialdini - Secretário

Caio Hugo Carvalho Vitor - Secretário Executivo de Gestão de Compras e Patrimônio

Naiana Corrêa Lima Peixoto - Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento

José Garrido Braga Neto - Secretário Executivo de Gestão de Pessoas

Daniel de Carvalho Bentes - Secretário Executivo de Modernização e Governo Digital

Francisca Rejane Araujo Felipe Pessoa de Albuquerque - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Diretor Geral

Alfredo José Pessoa de Oliveira

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

José Fábio Bezerra Montenegro

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais - DISOC

José Meneleu Neto

Gerência de Estatística, Geografia e Informação - GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

Boletim de Gestão Pública - Nº 41/2026

Unidade Responsável:

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Coordenação:

José Fábio Bezerra Montenegro

Colaboração:

Tiago Emanuel Gomes dos Santos (Apoio Técnico DIGEP)

Aprígio Botelho Lócio (Apoio Técnico DIGEP)

Bruno Maia Cavalcante (Analista de Gestão Pública – SEPLAG - IPECE)

Luiz Nivardo Melo Filho (Assessor Técnico DIGEP)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Competência, comprometimento e senso de equipe; Compromisso com a sociedade e valorização do ser humano; Autonomia Técnica; e Rigor científico e inovação.

Visão: Até 2031, consolidar-se como referência em inteligência pública e assessoramento estratégico ao Governo do Ceará, ampliando sua capacidade de produzir e disseminar conhecimento qualificado, inovador e orientado às políticas públicas efetivas e sustentáveis.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) - Av.

Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -

Cambéba | Cep: 60 822-325 |

Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521

Sobre o Boletim de Gestão Pública

O Boletim de Gestão Pública do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) tem como objetivo principal a difusão de melhores práticas e inovações na área de gestão e de políticas públicas. Formado por artigos sintéticos (descritivo-analíticos), elaborados pelo corpo técnico do Instituto e ou por técnicos convidados de outros órgãos do Governo do Estado do Ceará e de outras organizações. Em linhas gerais, os artigos buscam: (i) difundir melhores práticas, com a análise de casos específicos locais, estaduais, nacionais ou internacionais; (ii) apresentar avanços na gestão pública do Ceará, com as principais inovações em gestão e políticas públicas no Estado; (iii) discutir avanços teóricos nas áreas de gestão e de políticas públicas e como esses conhecimentos podem ser postos em ação; (iv) analisar desafios para a gestão e para as políticas públicas; ou (v) verificar inovações no âmbito do setor privado, indicando como elas podem servir de inspiração para o setor público.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE 2026
Boletim de Gestão Pública / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza - Ceará: IPECE, 2026.
38p. Cores.

ISSN: 2594-8709

1. Economia Brasileira. 2. Economia Cearense. 3. Gestão Pública.

Os autores são responsáveis pela revisão de seus trabalhos, bem como pelo conteúdo, formato, dados e referências bibliográficas. Desta forma, os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do IPECE.

É autorizada a reprodução total ou parcial destes artigos e de dados neles contidos, desde que a fonte seja citada. É totalmente proibido a reprodução para fins comerciais.

Nesta Edição:

1.A INDÚSTRIA, O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS: ECONOMIA CEARENSE EM PERSPECTIVA (Autores: José Átila Abreu de Sousa e Alexandra Maria Vieira Muniz), 4

2.FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E SEUS ASPECTOS INTERGERACIONAIS NO MUNICÍPIO DE SOBRAL - CEARÁ (Autores: Carliane de Sousa Silva, Lilian Lopes Ribeiro, Silvaneide Santos de Queiroz Côrte Brilho, Edward Martins Costa e Vitória Maria Oliveira Arruda), 21

SUMÁRIO EXECUTIVO

O primeiro artigo analisa as transformações recentes na economia urbana do Ceará, com destaque para a mudança do protagonismo industrial e para a expansão do setor de serviços. Essa transição acompanha o deslocamento do padrão fordista-keynesiano para um regime de acumulação flexível, caracterizado pela diversificação do consumo e pela reconfiguração dos espaços urbanos. O setor terciário composto por atividades comerciais e de prestação de serviços, assume papel central na economia contemporânea, funcionando como mediador entre oferta, demanda e necessidades sociais. A pesquisa demonstra que, entre 1996 e 2019, a indústria cearense, sobretudo a têxtil, sofreu forte retração, manifestada pela queda do valor agregado e pela redução do número de estabelecimentos. Enquanto a indústria têxtil se viu pressionada pela concorrência e declínio produtivo, o segmento de serviços apresentou retomada mais acelerada. Informações oriundas do RAIS e do IPECE indicam o contínuo decréscimo das indústrias têxteis em Fortaleza, reforçando a predominância do setor terciário na estrutura econômica estadual. O estudo adota uma abordagem exploratória, reunindo dados de múltiplas fontes para compor um panorama da economia cearense e evidenciar o peso crescente do comércio e dos serviços no cenário atual.

O segundo artigo aborda que a feminização da pobreza constitui uma expressão histórica das desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, configurando-se como mecanismo central de reprodução intergeracional da pobreza no Brasil. Este estudo analisa esse fenômeno em Sobral, Ceará, a partir de dados primários sobre background familiar e características sociodemográficas. Os achados revelam que o grupo mais afetado é composto por mulheres mães que chefiam suas famílias, em especial mulheres pretas e pardas, com baixa qualificação acadêmica e fraca inserção no mercado de trabalho. Verifica-se, ainda, que grande parte dessas mulheres herdou a pobreza de famílias igualmente chefiadas por mães, evidenciando a persistência intergeracional da vulnerabilidade e a reprodução desse padrão familiar. Os resultados indicam que o enfrentamento da pobreza feminina requer a incorporação das interseccionalidades nas políticas públicas, reconhecendo-a como fenômeno estrutural e multidimensional, cuja superação é condição para a ruptura duradoura do ciclo de pobreza.

1. A INDÚSTRIA, O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS: ECONOMIA CEARENSE EM PERSPECTIVA

Autores: José Átila Abreu de Sousa¹ e Alexsandra Maria Vieira Muniz²

1.1 INTRODUÇÃO

A conformação da cidade pós-moderna está profundamente relacionada às transformações ocorridas na esfera econômica. Nesse processo, ganha destaque a mudança da base produtiva industrial para a ampliação do setor de serviços, acompanhada das alterações nos modos de organização que caracterizam a passagem do modelo fordista-keynesiano para o regime de acumulação flexível (BARATA SALGUEIRO; CACHINHO, 2002)³.

Segundo Harvey (2005)⁴, esse novo regime, sustentado pela flexibilização dos processos de trabalho, pela diversificação dos produtos e pela multiplicidade dos padrões de consumo, permite romper com a rígida padronização que antes limitava o mercado, abrindo espaço para a valorização da diferença, da efemeridade, do espetáculo, da moda e da mercantilização das expressões culturais. Essas mudanças exercem influência direta sobre a paisagem urbana, perceptível, por exemplo, na multiplicação de espaços comerciais, residenciais, financeiros e de escritórios que, de diferentes formas, alimentam a cultura do consumo (BARATA SALGUEIRO, 2002)⁵. Com base nesse quadro, realiza-se um levantamento de indicadores econômicos em diferentes escalas com o objetivo de identificar a dinâmica de retração industrial e de crescimento das atividades comerciais e de serviços no Estado do Ceará.

É importante reconhecer que comércio e serviços integram uma categoria mais ampla da atividade econômica: o setor terciário. Também denominado setor de serviços, abrange atividades voltadas à prestação de serviços, em contraste com a produção de bens materiais. Inclui áreas como comércio, transporte, educação, saúde, turismo, finanças e administração pública, desempenhando papel central na economia contemporânea e na geração de empregos. De acordo com Moreira

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

² Doutora em Geografia, docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC)

³ BARATA SALGUEIRO, Teresa; CACHINHO, H. A cidade e o comércio: novas formas de consumo, novas formas de urbanidade. Lisboa: Celta Editora, 2002.

⁴ HARVEY, David. A Produção capitalista do espaço. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005(Coleção Geografia e Adjacências).

⁵ BARATA SALGUEIRO, Teresa; CACHINHO, H. A cidade e o comércio: novas formas de consumo, novas formas de urbanidade. Lisboa: Celta Editora, 2002.

(2011)⁶, o setor terciário é “responsável por intermediar o consumo e suprir as necessidades da população, promovendo o desenvolvimento de infraestruturas que facilitam o bem-estar social”.

A noção de atividade terciária é uma herança direta da divisão tripartite da economia, proposta por Colin Clark (1957), quando apresentou a existência de três setores da economia – primário, secundário e terciário e os delimitou formalmente (SANTOS, 2004a, p.200).

Conforme observa Silva (2005, p. 66)⁷, a delimitação formal do setor terciário estabelece o comércio e os serviços como atividades inerentes a esse segmento, deixando de incluir outras práticas situadas na fronteira entre o setor secundário e o próprio setor terciário, como propõe Milton Santos em sua análise do circuito inferior nos países subdesenvolvidos.

A ampliação do setor terciário evidencia transformações estruturais nas economias contemporâneas, especialmente tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, onde a terciarização tem assumido, em grande medida, o papel anteriormente ocupado pela produção industrial. Para Castells (1999)⁸, o setor de serviços constitui elemento central da “economia da informação”, na qual conhecimento e tecnologia se tornam os principais vetores de criação de valor. Essa perspectiva é reforçada por Harvey (2006)⁹, ao afirmar que “o setor terciário evolui para responder à complexidade das relações econômicas modernas, em que o capital e o trabalho assumem formas imateriais”.

Consoante a Santos (2000)¹⁰, o setor terciário ganha relevância ao conectar as dinâmicas locais às globais. “A informação hoje é fundamental e dela dependem as atividades econômicas e sociais em todas as partes do mundo. A informação é o coração da economia global” (Santos, 2000, p. 31). Esse pensamento destaca a importância do setor terciário no contexto da globalização, onde a circulação de serviços e informações configura uma nova geografia econômica. Justificando-se, portanto, a relevância do presente artigo, o qual visa elucidar a representatividade dos setores da economia do Ceará, evidenciando também o recuo da indústria e a projeção do comércio e serviços.

⁶ MOREIRA, J. Economia dos setores de serviços. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

⁷ SILVA, A. Economia e setor terciário no contexto brasileiro. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

⁸ CASTELLS, M. A sociedade em rede. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁹ HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2006.

¹⁰ SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2000.

Para este feito, a pesquisa se utiliza como metodologia basilar de caráter exploratório conforme orienta Gil (2008)¹¹ ao discorrer sobre esse modelo de pesquisa, “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.” (GIL, 2008:27). Diante disso, as etapas utilizadas foram: a pesquisa bibliográfica e documental, o levantamento de dados obtidos em plataformas e órgãos de pesquisa como, RAIS (Relação Anual de Informações Sociais.), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e indispensavelmente, o IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará). Ademais, os levantamentos de dados secundários também foram feitos em órgãos como as Secretarias Municipais de Fortaleza, sites das Prefeituras municipais, site da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Governo do Estado do Ceará e em instrumentos como a PAS (Pesquisa Anual dos Serviços), a PMS (Pesquisa Mensal de Serviços), a PMC (Pesquisa Mensal do Comércio), a PIM (Pesquisa Mensal da Indústria) e a PIA (Pesquisa Industrial Anual), assim como em relatórios trimestrais da economia cearense, por exemplo, o relatório “PIB do Ceará nas Óticas da Produção e da Renda” e “Os indicadores Econômicos do Ceará,” dentre outros.

No tocante a bibliografias consultadas, alguns autores forem cruciais para a compreensão dos temas norteadores desse estudo, dentre eles, Santos (2008, 2011, 2013), Bezerra (2018), Muniz; Silva; Costa e Cabral (2020), Silveira (2011, 2015), Muniz; Queiroz; Santos e Silva (2022), Muniz, Neto e Sousa (2022), Dantas (1995, 2012, 2021, 2020), Dantas e Tavares (2013), Muniz; Souza e Abreu (2020) Dantas e Silva (2009), Muniz (2022) e outros. Para o estudo dos setores da economia e do setor terciário em específico foram vistos: Machado (2005), Nascimento (2007), Barata-Salgueiro (1998, 2002), Brum (1998), Villaça (2001), Silva (2005), Dedecca (2005), Castilho (1998), Pochmann (2007), Soares (2015) dentre outros. Em maior ou menor grau essas leituras foram fundamentais para o estudo que originou o presente artigo, aliadas ao robusto levantamento quantitativo, foram imprescindíveis para as análises e reflexões a partir das métricas obtidas e averiguadas.

1.2 O RECUO DA INDÚSTRIA NOS INDICADORES ECONÔMICOS DO CEARÁ

Para entendermos melhor a conformação da tendência de alteração entre a representatividade dos setores da economia do Ceará, faremos a priori uma discussão a partir de dados secundários coletados em variadas fontes. Dito isso, serão analisadas as informações da Análise da Desconcentração Espacial e Setorial da Indústria de Transformação Cearense no Período de 1996 a

¹¹ GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

2019, estudo realizado pelo IPECE, publicado em 2021, com utilização de instrumentos de análise do IBGE, tais como a PIA (Pesquisa Industrial Anual) e PIM-PF (Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física). Nessas primeiras explorações, observaremos as variações de importantes indicadores utilizados pelo IPECE, tais como: Número de Pessoas Ocupadas no setor industrial, Valor Agregado da Indústria e Número de Empresas Industriais no Ceará.

Analisando a tabela 1.1 abaixo no recorte temporal apresentado pelo IPECE, conclui-se que o ramo da indústria têxtil, por exemplo, na composição setorial pelo Valor Agregado, perdeu, de forma significativa, sua participação no valor agregado da Indústria de Transformação cearense, passando a representar, em 2019, cerca de 30% do valor registrado em 1996.

Tabela 1.1 – Composição Setorial, pelo Valor Agregado, da Indústria Cearense em Anos Selecionados (R\$1.000.000 de dez/2019)

Setor	1996	2000	2010	2019	1996	2000	2010	2019
Alimentos	3.671	3.659	2.633	3.679	29,8	25,8	14,8	19,1
Couro e Calçados	1.376	2.114	4.168	3.434	11,2	14,9	23,4	17,8
Metalurgia	115	200	627	1.969	0,9	1,4	3,5	10,2
Confecções	996	860	1.795	1.787	8,1	6,1	10,1	9,3
Bebidas	-	-	1.715	1.131	-	-	9,6	5,9
Têxteis	2.730	3.273	1.198	839	22,2	23,1	6,7	4,4
Demais Setores	6.149	7.339	6.882	7.275	50,0	51,8	38,6	37,7
Valor Transformação	12.307	14.173	17.821	19.275	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte:PIA-IBGE, elaboração própria

OBS: Em 1996 e 2000 o setor de alimentos inclui o de bebidas

No destaque, vemos que ramos da indústria como o de Couro e Calçados, mais do que dobraram a participação entre os anos de 1996 e 2010, porém apresentando retração em 2019. O setor de Confecções, por sua vez, apresentou uma significativa oscilação em sua participação no valor agregado da indústria de transformação, sem, contudo, registrar perdas ou ganhos de participação significativos. A pesquisa acrescenta que:

É interessante observar que esse setor (confecções), como se verifica em 1996 e 2000, já esteve entre os mais importantes no Ceará. Fatores como a redução da produção de algodão no Ceará, concorrência com produtos importados e/ou produzidos em outros estados são possíveis fatores que explicam essa redução (PONTES, 2021, p. 05).

Avaliando-se pelo número de empresas dos seguimentos mostrados acima no mesmo recorte temporal, o setor de confecções apresenta comportamento distinto do metalúrgico, posto que, em 2019, foram adicionadas mais de 800 unidades produtivas, comparativamente à 1996, conforme mostra a tabela 1.2 abaixo:

Tabela 1.2 – Composição Setorial, pelo Número de Empresas, da Indústria Cearense em Anos Seleccionados

Setor	1996	2000	2010	2019	1996	2000	2010	2019
Alimentos	535	655	731	958	22,9	21,9	14,4	17,7
Couro e Calçados	71	134	300	220	3,0	4,5	5,9	4,1
Metalurgia	15	21	48	40	0,6	0,7	0,9	0,7
Confecções	587	797	1.698	1.397	25,1	26,7	33,4	25,9
Bebidas	-	-	68	161	-	-	1,3	3,0
Têxteis	105	155	162	145	4,5	5,2	3,2	2,7
Demais Setores	1.026	1.226	2.081	2.478	43,9	41,0	40,9	45,9
Empresas	2.339	2.988	5.088	5.399	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte:PIA-IBGE, elaboração própria

OBS: Em 1996 e 2000 o setor de alimentos inclui o de bebidas

Conforme a observação das tabelas e as análises dos dados, conclui-se que o ramo da industrial que mais registrou recuos foi o Têxtil, apresentando reduções significativas tanto no valor agregado por empresa como no valor agregado por pessoa ocupada, sendo a primeira de maior expressão, dado que, em 1996, o valor médio por empresa era de R\$ 25.997 mil e, em 2019, era de R\$ 5.783 mil. Ou seja, redução de quase 80% (PONTES, 2021, p. 7)¹². Além disso, a pesquisa também identificou reduções em outros segmentos da indústria.

Nas análises de Muniz (2014)¹³ à base de dados RAIS no intervalo de 2002 a 2012, constatou-se, por exemplo, que quase todas as indústrias têxteis no estado estavam concentradas na RMF, sendo que em 2012, de um total de 3 612 unidades fabris no estado, 3 161 se encontravam na RMF. Em atualização desses dados no ano de 2021, foi verificado um comportamento diferente do setor, o que pode indicar retração no crescimento desse ramo industrial. Muniz (2014) afirmou, a partir da análise de dados do IPECE no ano de 2014, que, no estado do Ceará, “a atividade de transformação foi a mais representativa, com 46,8%”, novamente vemos a força da indústria em anos passados.

Entretanto, o levantamento IPECE - Conjuntura do 3º trimestre de 2022, apontou que, “entre os meses de julho e setembro de 2022, a produção física da Indústria de Transformação no Ceará registrou uma redução de -2,0% na comparação com iguais meses de 2021”. A Pesquisa Industrial Mensal (PIM - IBGE) também confirma essa queda, apontando setores como o de Confecção de Artigos de Vestuário (-33,1%), Fabricação de Máquinas e Aparelhos Elétricos (-25,5%) e a

¹² PONTES, L. Análise da desconcentração espacial e setorial da indústria de transformação cearense no período de 1996 a 2019. Fortaleza: IPECE, 2021.

¹³ MUNIZ, A. M. V. A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

Fabricação de Alimentos, com queda acumulada de (-7,6%) como sendo as maiores contribuições negativas para o setor industrial do Ceará em 2022.

Em relação ao desempenho da Indústria Têxtil, segundo dados do levantamento do caderno setorial ETENE do Banco do Nordeste elaborado por Junior (2022)¹⁴, para o período de novembro de 2022, foi detectado que as indústrias têxteis do Brasil, Nordeste em especial as do Ceará e Pernambuco já estavam em recessão em maio de 2019, conseguindo se recuperar em abril/2021, com exceção de Pernambuco, que se recuperou em outubro/2020. Porém, com o impacto da crise da pandemia de Covid-19, a partir de março/2020, observou-se uma piora do quadro de recessão da indústria têxtil, sendo que o Estado do Ceará foi o mais afetado, com queda de 29,4% de sua produção em junho/2020.

Essa dinâmica possibilita buscar compreender as causas das consecutivas quedas da indústria, verificadas na pesquisa de dados e explicadas pela relação global-local, como Santos (1997)¹⁵ coloca, é “pelo lugar que o mundo é revisto e o homem ajusta a sua interpretação, é nele que o permanente e o real triunfam sobre o movimento, o passageiro e o que é imposto de fora”, admitindo-se que, “são diversas as conexões que podem ser realizadas entre as escalas global e local” (ROCHA & MONASTIRSKY, 2008)¹⁶, logicamente, sempre considerando a questão da escala geográfica, “pois essa problemática inclui a relação e a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno” (CASTRO, 2010)¹⁷.

Portanto, são situações e acontecimentos tanto intra Ceará como também globais que imprimem às condições que conduziram os resultados da indústria, elemento aqui analisado, a registrar os recuos que ora sistematizamos. Essa compreensão é *conditio sine qua non* para essa análise, uma vez que não podemos compreender um fenômeno sem avaliar todas as dinâmicas oriundas ou amplificadas pelas diferentes situações e escalas, as quais podem influenciá-lo, pois, "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (Santos, 1996:273), logo, cedendo e recebendo influxos, sejam eles positivos e negativos.

¹⁴ JUNIOR, L. Estudo do setor têxtil no Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2022.

¹⁵ SANTOS, Milton. Lugar: sua importância para o entendimento da globalização e do espaço geográfico. In: Título da obra ou coletânea, 1997, p. 37

¹⁶ ROCHA, E.; MONASTIRSKY, M. A relação global-local na economia. São Paulo: Perspectiva, 2008.

¹⁷ CASTRO, I. E. de. Geografia e economia: uma visão contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Embora seja verdade que a produção industrial têxtil tenha sido abalada com o advento da pandemia, da guerra e de outros fatores, assim como os demais setores da sociedade, o intuito aqui não é desmerecê-la ou denotar insignificância dela para economia cearense, até porque, tal intento seria falho, uma vez que, ainda segundo Junior (2022):

O valor bruto da produção de têxteis do Brasil alcançou quase de R\$50 bilhões em 2020, mesmo em queda de produção devido à pandemia de Covid-19, de acordo com a Pesquisa Industrial Anual (PIA-IBGE, 2020). Para o Nordeste, este valor superou R\$ 7,7 bilhões, equivalente a 15,5% do total do Brasil, acima da participação percentual do PIB da Região relativamente ao Brasil. Bahia, o maior produtor da Região, Ceará, Paraíba e Pernambuco concentram 12,7% e 82,2% do valor da produção do Brasil e da Região, respectivamente.

Ao evidenciar retrações e quedas na indústria geral e têxtil, é somente apontar alguns dos possíveis fatores que corroboram para o destaque do setor de Serviços e do Comércio, também afetados pelos mesmo fenômenos que desaceleram a indústria, porém, como será visto, alcançando recuperação mais rápida, fato impulsionado, para além de outras motivações e agentes, pela abertura na importância econômica para esses setores, impulsionada, em partes, pela desaceleração da produção industrial geral e têxtil e a consequente diminuição de sua participação na economia do estado, da região e do País.

Como forma de comprovação das afirmações do parágrafo anterior, realizou-se atualização dos dados mencionados, a fim de observar as variações ocorridas nos setores investigados. Para tanto, foram coletados e analisados dados de indicadores socioeconômicos constantes em plataformas como o RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), o Levantamentos de Dados Econômicos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do IPECE (Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará), por meio de instrumentos como o PAS (Pesquisa Anual dos Serviços), a PMS (Pesquisa Mensal de Serviços), a PMC (Pesquisa Mensal do Comércio), a PIM (Pesquisa Mensal da Indústria) e a PIA (Pesquisa Industrial Anual). Ademais, foram coletadas informações do estudo: “PIB do Ceará nas Óticas da Produção e da Renda – 2019 (dezembro/2021)¹⁸, construído com base nos relatórios da Diretoria de Estudos Econômicos (Diec - IPECE) e da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Governo do Estado do Ceará, levantamentos trazidos nos parágrafos subsequentes.

¹⁸ IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. PIB do Ceará nas Óticas da Produção e da Renda – 2019 (Dezembro/2021). Fortaleza: IPECE, 2021. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/12/PIB_Ceara_nas_Oticas_Producao_e_Renda2019.pdf.

Consoante aos dados do RAIS, no intervalo de 2010 a 2019, ao afunilar-se as análises para o recorte espacial de Fortaleza e Região Metropolitana, é comprovada a afirmativa de diminuição da presença da indústria, sobretudo a têxtil, na Capital e em sua RM. Em 2010, por exemplo, somando Fortaleza e alguns municípios de sua RM, os mais expressivos em número de industriais do ramo, (Maracanaú, Itaitinga, Maranguape, Pacajus, Eusébio, Aquiraz, Caucaia e Horizonte) eles contavam com 242 indústrias têxteis, já em 2019, considerando os mesmos locais, observou-se que esse número caiu para 166. No ano de 2021, levantamento mais recente disponível, os dados do RAIS apontam que o número de indústrias têxteis em Fortaleza e nos municípios mencionados não obteve crescimento expressivo, sendo de 172 estabelecimentos de produção têxtil, tomando como base os mesmos municípios supramencionados, ou seja, um aumento de aproximadamente 1,04%, apenas. Expandindo a visão para além de Fortaleza e sua RM, Jaguaruana, localizada na microrregião do Baixo Jaguaribe, se destacou, obtendo aumento em sua malha industrial, embora que não seja um aumento considerado muito expressivo:

Para além da concentração industrial têxtil no Estado do Ceará com destaque para Região metropolitana temos a participação de Jaguaruana que apresentou crescimento industrial na última década passando de (21) para (23) indústrias têxteis; Já Juazeiro do Norte de (2) para (5) estabelecimentos industriais têxteis (MUNIZ; NETO; SOUSA, 2022, p. 14)¹⁹.

Em relação ao número de indústrias de confecção e de artigos correlatos também observamos uma queda, entretanto os números absolutos ainda são maiores que os da indústria têxtil. Em 2010, conforme levantamento no RAIS, o número de estabelecimentos desse segmento, somando Fortaleza (2.342), Maracanaú (121), Caucaia (75) e Maranguape (55), chegava a um total de 2.593 estabelecimentos. Em 2019, Fortaleza sofreu queda no seu quantitativo, ficando com somente 1.641 unidades. Em destaque, após a capital, vem Maracanaú, embora que em cenário de queda, apresentou em 2019 um total de 81 indústrias de confecção. Caucaia, naquele ano, ficou em terceiro lugar com crescimento no número de indústrias desse ramo, apresentando 80 unidades fabris.

Em 2020, conforme o RAIS, Fortaleza tinha 1593 fábricas de confecção, Caucaia aparecia com 81, Maracanaú com 70, e Maranguape com 60, um total de 1804 unidades. No levantamento mais recente, realizado na mencionada base de dados, encontramos que em 2021 Fortaleza tinha 1581 estabelecimentos de produção confeccionista, um quantitativo que, embora em processo de

¹⁹ MUNIZ, Alexsandra M.V; NETO, Francisco Gabriel da Silva; SOUSA, J. A. A de. Espaços da produção têxtil e confeccionista e mercado de trabalho no Ceará. In: ANAIS SIMPURB, Curitiba, 2022.

redução, ainda coaduna com o que afirma Santos (2014)²⁰ ao dizer que “está indústria está presente em todas as regionais enfatizando a sua espacialização em todo o tecido urbano da capital”. Prova disso é que os municípios que se destacam após Fortaleza, são: Caucaia com 83 unidades, em terceiro lugar Maracanaú com 77 e em quarto lugar, Maranguape com 57 estabelecimentos, um total de 1798 fábricas, novamente vemos registros de queda, de 2019 para 2020 redução de 58 unidades fabris, de 2020 para 2021 recuo de 12 fábricas.

Também foram observadas as variações no ramo fabril têxtil, no ano de 2020, Fortaleza tinha (238) fábricas, Maracanaú tinha (44), Eusébio e Horizonte ambos tinham (16) unidades, Itaitinga e Maranguape cada um com (4) fábricas. Pacajus com (2) e por fim Aquiraz e Caucaia cada qual com (8) unidades fabris. Fortaleza e as citadas localidades de maior expressão em número de fábricas têxteis somavam juntas 340 indústrias. Em 2021, Fortaleza apresentou (119) estabelecimentos e como destaque os municípios de Maracanaú com (24) fábricas, Horizonte com (9), Eusébio com (8), Itaitinga (2), Maranguape (2), Pacajus (1), Aquiraz (4) e Caucaia (3), juntos totalizando (172) fábricas. Portanto, o quantitativo oscilou positivamente de 2019 para 2020 com aumento de 174 fábricas, porém, em 2021 experimentou uma queda de (-168) unidades de produção têxtil.

Em suma, torna - se notório, através de todos os dados analisados, o processo de recuo da indústria, o qual se pretendia evidenciar, tanto a nível estadual, como também na capital e na RMF. Todavia, mesmo nesse cenário descrito, o papel de Fortaleza e RMF é ainda de destaque, tanto no ramo têxtil quanto no de confecção.

1.3 A PROJEÇÃO DO TERCIÁRIO COM O DESTAQUE PARA O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS.

De cordo com os dados da pesquisa “PIB do Ceará nas Óticas da Produção e da Renda – 2019 (dezembro/2021)”, os três setores que compõem o PIB do estado são: Agropecuária, Serviços e Indústria. A mencionada pesquisa também avalia as contribuições desses setores a nível de Brasil, ultrapassando um pouco os recortes principais desta pesquisa, temos que:

No Brasil, a participação da atividade de Serviços aumentou de 67,22%, em 2002, para 73,31 % em 2019, enquanto as outras atividades apresentaram perda. A Agropecuária passou de 6,42%, em 2002, para 4,89%, em 2019, e a Indústria de 26,37% para 21,80 %, para o mesmo período de análise (DIEC-IPECE 2021).

²⁰ SANTOS, Marlon Cavalcante. A dinâmica dos circuitos da economia urbana na indústria de confecção em Fortaleza-Ceará. 2014. 407 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

Ainda segundo a Diretoria de Estudos Econômicos DIEC-IPECE, o estado do Ceará também registrou comportamento semelhante ao do Brasil, onde houve um ganho de participação no setor de Serviços, indo de 69,82%, em 2002, para 77,80%, em 2019, contrastando com quedas de 7,53% para 5,14% na Agropecuária, e de 22,65% para 17,05% na Indústria, no mesmo período. A pesquisa acrescenta que a Agropecuária cearense, em 2019, apresentou um crescimento de 9,79%, na mesma direção, os Serviços cresceram 1,47% e a Indústria geral avançou 1,70%, na comparação com o ano anterior.

No setor de Serviços, o crescimento é explicado pelas Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas, Administrativas e Serviços Complementares e pela Atividade de Alojamento e Alimentação. Já na indústria, o segmento da Eletricidade, gás, água e esgoto foi o principal responsável pelo desempenho positivo do setor (DIEC-IPECE, 2021)²¹. Desse modo, a composição estrutural da economia cearense no ano de 2021 ficou a seguinte: Serviços (77,80%), Indústria geral (17,05%) e Agropecuária (5,14%). O levantamento, “Indicadores Econômicos do Ceará 2021” do IPECE-IBGE reforça:

O crescimento de 1,4% da economia brasileira em 2019 foi reflexo do desempenho de seus três setores: i) agropecuária (0,6%), em função de um desempenho positivo tanto das atividades agrícolas como das de pecuária, sendo que as atividades agrícolas foram beneficiadas por boas condições climáticas que melhoraram a produção tanto das lavouras temporárias como das permanentes, com destaque para as lavouras de milho (23,6%), algodão (39,8%), laranja (5,6%) e feijão (2,6%). Já a pecuária teve uma influência positiva pelo aumento da demanda por produtos de origem animal pelo mercado da China; ii) indústria (0,4%), com destaque para as atividades de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (1,7%) e da construção civil (1,5%); iii) serviços (1,7%), com destaque para as seguintes atividades: Informação e comunicação (5,2%), Atividades imobiliárias avançou (2,2%), Comércio (1,9%), Outras atividades de serviços (2,6%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,3%) e Transporte, armazenagem e correio (0,8%), mostrando variação positiva (IPECE-IBGE, 2021, p. 39)²².

Novamente verificamos o destaque dos números referentes aos Serviços à nível nacional, crescendo 1,7% em comparação com a indústria nacional que cresceu 0,4%. A nível de Ceará, o IPECE destaca: os serviços que apresentam a maior quantidade de empresas são os serviços prestados às famílias e os serviços prestados às empresas. Tomados conjuntamente, esses dois

²¹ IPECE. PIB do Ceará nas Óticas da Produção e da Renda – 2019 (Dezembro/2021). Fortaleza: IPECE, 2021. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/12/PIB_Ceara_nas_Oticas_Producao_e_Renda2019.pdf.

²² IPECE - IBGE. Indicadores Econômicos – Brasil 2019: desempenho dos setores produtivos e crescimento do PIB. Fortaleza: IPECE/IBGE, 2021. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/01/Indicadores_Economicos2021.pdf.

segmentos no ano de 2018 apresentaram 70% das empresas que compõem a PAS; no ano de 2019 houve somente uma leve queda de 1% nesse total (IPECE-IBGE, 2021, p. 43).

Na série histórica de 2016 a 2019 realizada pelo estudo “Indicadores Econômicos do Ceará 2021” sob a classificação de referência da PAS, a qual tem como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), observou-se o comportamento dos sete agrupamentos que compõem a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) no estado do Ceará:

Serviços prestados às famílias; Serviços de informação e comunicação; Serviços profissionais, administrativos e complementares; Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; Atividades imobiliárias; Serviços de manutenção e reparação e outras atividades de serviços (PAS - IPECE/IBGE, 2022, p. 21)²³.

A pesquisa concluiu que, para o critério de Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Ceará – 2016 a 2019²⁴, por exemplo, os maiores percentuais foram: serviços prestados às empresas, serviços prestados às famílias, informação e comunicação, transportes e outras atividades de serviços, ao lado de manutenção, reparação e atividades imobiliárias. Em relação aos serviços prestados às famílias, sua participação fica em torno de 23%, representando mais de 1/3 das empresas do Estado – participação de 37% em 2018 e 2019. No caso do segmento dos serviços de informação e comunicação, em 2019, cerca de 8% das pessoas ocupadas e das empresas existentes, eram desse segmento.

De fato, cerca de 23% das pessoas ocupadas estão nos serviços prestados às famílias, com 30% das empresas em toda a série histórica. No caso dos transportes sua participação em termos de pessoal ocupado gira em torno de 20%, valor bem próximo do que emprega os serviços prestados às famílias (IPECE-IBGE, 2021, p. 46).

Em relação à variável Distribuição Percentual do Número de Empresas – Ceará – 2016 a 2019²⁵, os serviços que apresentam a maior quantidade de empresas são os serviços prestados às

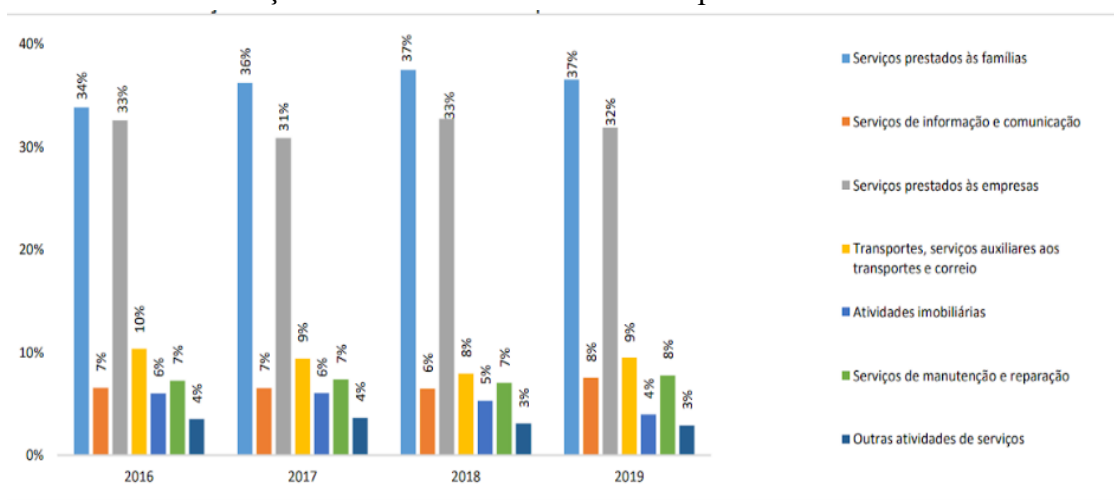
²³ IBGE. Pesquisa Anual de Serviços 2022 (PAS 2022). Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/150/pas_2022_v24_informativo.pdf.

²⁴ IPECE. Indicadores Econômicos – Ceará: distribuição percentual do pessoal ocupado – Ceará – 2016 a 2019. Fortaleza: IPECE, 2021. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/01/Indicadores_Economicos2021.pdf

²⁵ IPECE. Indicadores Econômicos – Ceará: distribuição percentual do número de empresas – Ceará – 2016 a 2019. Fortaleza: IPECE, 2021. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/01/Indicadores_Economicos2021.pdf

famílias e os serviços prestados às empresas. Tomados conjuntamente, esses dois segmentos no ano de 2018 representaram 70% das empresas que compõem a PAS.

Gráfico 1.2 – Distribuição Percentual do Número de Empresas – Ceará – 2016 a 2019



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração IPECE

Como se observa no gráfico 1.1 acima, o setor hegemônico cearense são os serviços prestados às famílias, tendo inclusive ganhado mais participação nos anos de 2018 e 2019, atingindo a marca dos 37%. O segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio é o terceiro em participação no número de empresas, mas com apenas 9% para o ano de 2019, sobre isso, o IPECE (2021) afirma, “esse segmento apresenta alta participação de receita, mas baixa participação em termos de número de empresas na PAS do Estado do Ceará”.

Em levantamentos feitos nessas bases de dados para períodos mais recentes, temos que, consoante ao relatório da PAS - IPECE/IBGE do ano de 2022²⁶, no primeiro trimestre daquele ano, constatou-se que os serviços prestados às famílias cresceram impressionantes 50,6%. Aprofundando a análise, a pesquisa mostra que, o segmento de transportes cresceu 3,9% após vários trimestres de forte desempenho. Outro setor que tem se destacado são os serviços de Informação e Comunicação, segundo o levantamento, juntos formam um segmento com elevada participação na receita operacional líquida nacional (1/5), representando 8% das empresas que compõem os serviços da PAS.

²⁶ IPECE-IBGE. Pesquisa Anual de Serviços – PAS 2022. Fortaleza: IPECE/IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/01/Indicadores_Economicos2021.pdf

Outra fonte de dados que foi consultada foi a “Série IPECE Conjuntura: boletim da Conjuntura Econômica Cearense (2022)²⁷”, na qual foi possível extrair dados que novamente confirmam o crescimento do setor de serviços e a diminuição da participação da indústria em indicadores de emprego, renda, PIB, dentre outros. Essa série concluiu, por exemplo, que, no primeiro trimestre do ano, a Indústria de transformação no Ceará voltou a registrar resultado negativo para evolução da sua produção física. Entre os meses de janeiro a março de 2022, a redução na produção foi de -12,8% na comparação com o mesmo período de 2021.

Em contrapartida, dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE revelam que o segmento cresceu 15,2% no primeiro trimestre do ano de 2022, representando a quarta alta seguida do setor quando se compara ao mesmo período do ano anterior. Ademais, no acumulado do primeiro trimestre de 2022, o setor de serviços foi novamente o que mais gerou empregos formais no mercado de trabalho cearense, pelo segundo ano consecutivo, gerando um total de 7.257 vagas, seguido pela indústria (+1.853 vagas). O estudo reforça ainda que em termos de contribuição com o PIB do Brasil, o setor de Serviços também alcançou destaque.

A Indústria, por sua vez, apresentou queda de -1,5%, onde a Indústria de Transformação (-4,7%) registrou a maior queda. Referente ao bom desempenho do PIB brasileiro no recorte temporal observado, o estudo apresenta que, “na comparação do primeiro trimestre de 2021, em relação ao quarto trimestre de 2020, trabalhando se com as séries dessazonalizadas, o PIB do Brasil apresentou um crescimento de 1,0%”, explicada essa expansão econômica “pelo crescimento registrado nos Serviços (1,4%) e Indústria (0,1%) e pela queda na Agropecuária (-0,9%).

Trazendo para a esfera Estadual, o levantamento concluiu que em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, na comparação do primeiro trimestre de 2022 com o mesmo período de 2021, os Serviços foi o único setor que registrou crescimento (4,45%), onde todas as suas atividades registraram expansões. Em direção oposta, a Agropecuária (-0,95%) e a Indústria (-8,64%) apresentaram retrações.

Ainda na esfera estadual, o estudo apresenta informações sobre os indicadores de desenvolvimento da indústria, a qual, como confirmam os dados, vem acumulando resultados negativos. “No primeiro trimestre do ano, a Indústria de transformação no Ceará registrou um novo resultado negativo para evolução da sua produção física, repetindo o desempenho dos trimestres

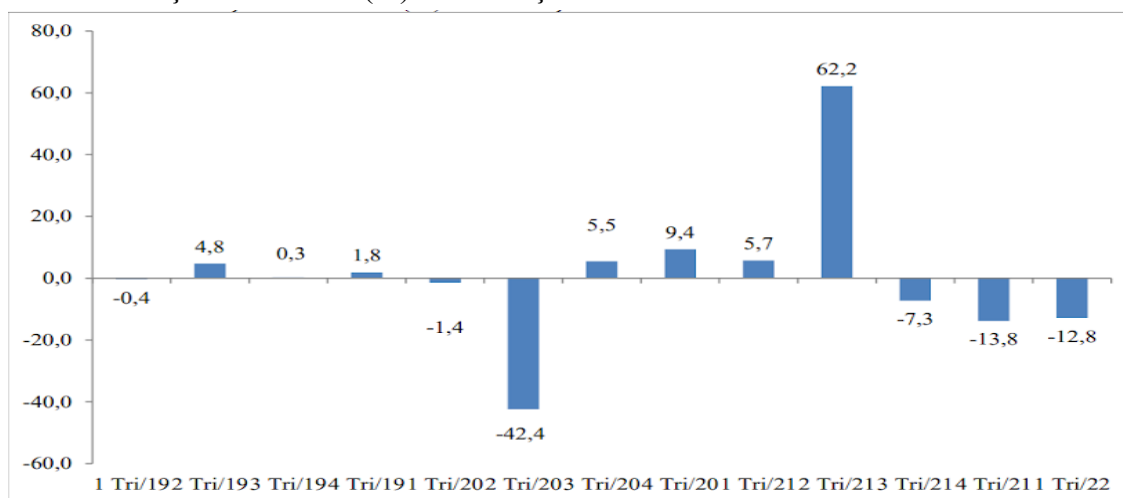
²⁷ IPECE. Conjuntura: Boletim da Conjuntura Econômica Cearense – Vol. XI, nº 01 – 1º trim. 2022. Fortaleza: IPECE, 2022. ISSN 2357-7789. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/07/IPECE_CONJUNTURA_1_trim2022.pdf

anteriores” (IPECE-IBGE, 2022). No trimestre de janeiro a março de 2022, “a redução na produção foi de -12,8% na comparação com o mesmo período de 2021”. Os dados reiteram o alarmante declínio (nos termos observados) da indústria:

O resultado negativo do primeiro trimestre é mais uma vez expressivo e acentua a desaceleração da atividade industrial observada a partir do segundo semestre do ano passado. Como destacado anteriormente, o desempenho neste período, à exceção dos meses mais agudos da pandemia, posiciona-se como o de maior retração observada desde, pelo menos, o início de 2012 (IPECE-IBGE, 2022, p. 16).

O gráfico 1.2 a seguir é disponibilizado no corpo do texto original da pesquisa IPECE-IBGE (2022), nele podemos observar melhor a trajetória da evolução da produção nos últimos anos. Nele é possível dimensionar o tamanho dos recuos vivenciados pela indústria cearense (produção física), observados nos últimos períodos. Os dados comentados constam da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do IBGE (PIM-PF/IBGE). São utilizados os mesmos elementos que ajudaram a entender o desempenho dos trimestres anteriores na atual conjuntura, ou seja, combinam os efeitos diretos e indiretos da pandemia, conflitos armados em âmbito internacional e o ambiente macroeconômico no Brasil.

Gráfico 1.2 – Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial – Ceará – 2019.1 a 2022.1



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração IPECE. Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior

Neste sentido, o resultado atual é também afetado pela base de comparação relativamente mais elevada. O primeiro semestre de 2021 ainda se insere no período que caracteriza a retomada da atividade industrial no Ceará, que se iniciou no mês de julho de 2020 e se manteve a partir de então. Neste contexto, o efeito base continua atuante (IPECE-IBGE, 2022, p. 18). Soma-se a isso, os efeitos da retomada das atividades presenciais no setor de serviços, fato que também ajuda a entender os bons resultados do setor. Sobre essas questões, os autores da pesquisa IPECE-IBGE

alertam: “A consolidação do processo de reabertura das atividades econômicas ao longo deste primeiro trimestre tem beneficiado mais fortemente o setor de serviços, desfazendo o movimento anterior que se deu na direção dos bens industriais diante do fechamento das atividades terciárias”.

Todavia, independentemente de quais sejam as razões, fato é que, na comparação com os mesmos meses do ano anterior, a manufatura cearense registrou intensos recuos, sobretudo nos dois primeiros meses de 2022, onde em janeiro o recuo foi de -24,9% e em fevereiro -14,72%, obtendo somente em março a primeira taxa positiva no ano, 4,8% (IBGE, 2022). Em termos comparativos, o desempenho cearense foi inferior ao registrado pela região Nordeste (- 3,8%) e pela indústria nacional (- 4,7%), que apresentaram reduções menos intensas. Considerando os demais estados pesquisados, a maioria apresentou taxas negativas para o primeiro trimestre de 2022 na comparação com 2020. Em análise setorial, entre os dez segmentos com taxas negativas, os destaques foram a Confecção de artigos de vestuário (-43,0%) e a Fabricação de máquinas e aparelhos elétricos (- 30,4%) com as maiores reduções (IPECE-IBGE, 2022).

o “Boletim Conjuntura do 3º trimestre de 2022²⁸” e ao levantamento do “Farol da Economia Cearense (IPECE, nº 4, 2022)²⁹”, ambos disponibilizam informações complementares sobre as variáveis observadas. O Boletim é enfático: “entre os meses de julho e setembro de 2022, a produção física da Indústria de Transformação no Ceará registrou uma redução de -2,0% na comparação com iguais meses de 2021”. Na outra ponta, ele traz os indicadores do desempenho dos serviços, os quais indicam, conforme dados da Pesquisa Mensal dos Serviços, que os segmentos de serviços empresariais não-financeiros do Ceará registraram uma taxa de crescimento de quase 7% nesse terceiro trimestre de 2022, quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

Na esfera estadual, a situação do Ceará neste trimestre é expressa através, novamente, do crescimento do setor da Agropecuária e Serviços. Em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, na comparação do terceiro trimestre de 2022 com o mesmo período de 2021, os resultados positivos foram verificados nos setores da Agropecuária (13,15%) e Serviços (0,51%), puxado pelas atividades de Alojamento e alimentação (18,65%), outros serviços (9,99%) e Transportes (4,39%). (IPECE-IBGE, 2022, p. 8).

²⁸ IPECE. IPECE Conjuntura: Boletim da Conjuntura Econômica Cearense – Vol. XI, nº 03 – 3º trim. 2022. Fortaleza: IPECE, 2022. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/12/IPECE_CONJUNTURA_3_trim2022.pdf

²⁹ IPECE. Farol da Economia Cearense – nº 04 / 2022. Fortaleza: IPECE, 2022. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/farol-da-economia-cearense/>

Os dados a seguir, os mais recentes utilizados por essa pesquisa, constam do relatório do PIB cearense de 2022³⁰, relativo ao 4º trimestre e ao acumulado no referido ano, divulgado em 20 de março de 2023. De acordo com esse relatório, dentre os três setores que compõem o PIB (Indústria, Serviços e Agropecuária), o melhor resultado no Ceará ficou com a Agropecuária, com crescimento de 7,70% em 2022, enquanto o índice brasileiro foi de -1,7%. Em relação aos Serviços, no compilado do ano de 2022, o relatório informa que o setor apresentou resultado positivo de 1,92%, contra 4,2% no nacional. Em contrapartida, a Indústria cearense amargou queda de -6,28% no ano passado, seguindo a tendência de recuo observada em anos anteriores. O IPECE reforça que ao longo do ano de 2022, o setor de Serviços registrou desempenho positivo em todos os trimestres quando comparados a iguais períodos do ano anterior.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste artigo revela que, na composição dos setores da economia do Ceará, o setor secundário vem perdendo importância econômica devido ao recuo na indústria, enquanto o setor terciário se destaca, impulsionado pelos avanços em diversos segmentos, especialmente Comércio e Serviços. Com base nos dados coletados e analisados, percebemos que o Comércio e o Setor de Serviços estão conquistando cada vez mais espaço, superando a indústria e apresentando melhores indicadores de participação econômica no PIB, no número de pessoal empregado e no número de estabelecimentos.

O que se evidencia é o setor terciário como um dos setores de suma relevância na cadeia produtiva, devido ao seu alto potencial de geração de empregos. Como gerador significativo de postos de trabalho, as atividades do setor de serviços têm efeitos sociais diretos na vida das famílias e na economia do país, refletindo situações semelhantes no Ceará.

Em suma, nossas análises indicam que a economia do Ceará, no período analisado, estava composta majoritariamente pelos setores de Serviços, Indústria e Agropecuária, com uma participação relevante do setor primário, secundário e terciário. O setor terciário, que engloba atividades como comércio, turismo, transporte, educação, saúde e serviços financeiros, não apenas responde pela maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, mas também é um dos principais geradores de empregos, evidenciando a importância da economia de serviços no

³⁰ IPECE). IPECE Conjuntura: Boletim da Conjuntura Econômica Cearense – Vol. XI, nº 04 – 4º trim. 2022. Fortaleza: IPECE, 2022. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/04/IPECE_CONJUNTURA_4_trim2022.pdf

desenvolvimento regional. Além disso, a crescente urbanização e as dinâmicas do turismo na região fortalecem ainda mais o setor terciário, consolidando o Ceará como um polo econômico relevante no Nordeste.

Diante disso, o fomento de políticas públicas destinadas ao apoio aos profissionais do setor terciário deve ser uma prioridade nos planos governamentais em diferentes escalas, do municipal ao estadual. Iniciativas focadas em empreendedorismo, inovação, isenção de impostos para empresas do setor de serviços e parcerias público-privadas podem impulsionar ainda mais esse segmento.

Além disso, programas de capacitação e educação para trabalhadores são essenciais, especialmente nas áreas de atendimento ao cliente, tecnologia da informação, marketing e gestão. A melhoria da infraestrutura urbana, particularmente em locais com maior atividade do setor terciário, deve ser uma preocupação constante dos gestores públicos. Essas ações não apenas fortalecem o setor e a economia do estado, mas também promovem inclusão social e melhoram a qualidade de vida da população, fomentando transformações socioespaciais significativas.

2. FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E SEUS ASPECTOS INTERGERACIONAIS NO MUNICÍPIO DE SOBRAL - CEARÁ³¹

Autores: Carliane de Sousa Silva³² Lilian Lopes Ribeiro³³, Silvaneide Santos de Queiroz Côrte Brilho³⁴, Edward Martins Costa³⁵ e Vitória Maria Oliveira Arruda³⁶

2.1. INTRODUÇÃO

As instituições políticas, como o Estado, têm falhado sistematicamente em proteger e promover os direitos de mulheres e meninas, perpetuando ciclos de desigualdade e exclusão. Quase três décadas após a Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, que estabeleceu como objetivos centrais a promoção de liberdades fundamentais e oportunidades para mulheres, bem como a erradicação da pobreza feminina, o que se observa, na prática, é a manutenção dessas estruturas de fragilidade social e econômica. Para Butler (2022)³⁷, as normas sociais e institucionais sustentadas pela estrutura estatal não apenas refletem desigualdades de gênero, mas também as perpetuam ao definir quem merece reconhecimento, proteção e cidadania plena.

De acordo com um relatório recente da Organização das Nações Unidas Mulheres (ONU Mulheres, 2024)³⁸, as mulheres continuam sendo um dos grupos mais afetados pelas mudanças políticas, econômicas e ambientais, com a feminização da pobreza emergindo como um fenômeno crítico e atual. Conflitos armados e crises climáticas têm exacerbado as condições de precariedade material e social de mulheres e meninas, especialmente no Sul Global, afetando não apenas suas vidas, mas também as de suas famílias, ao aprofundar ciclos de marginalização e privação. Esse

³¹ Esse artigo recebeu apoio financeiro da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

³² Graduada em Economia pela Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral (UFC/Sobral).

³³ Professora Adjunta nos cursos de Economia e de Finanças da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora do Laboratório de Pobreza (LEP) do Centro de Pós-Graduação em Economia CAEN/UFC. Pós-Doutorado em Economia pela UFC.

³⁴ Professora Adjunta no curso de Economia da Universidade Federal do Pará. Doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA/UFPA.

³⁵ Professor Associado no Departamento de Economia Agrícola do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq nível 2. Doutor em Economia pelo PIMES/UFPE.

³⁶ Doutoranda e Mestre em Economia Rural pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará (UFC).

³⁷ BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. Tradução de Aléxia Bretas et al. Organização de Carla Rodrigues. 1. ed. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2022.

³⁸ UN WOMEN. *World Survey on the Role of Women in Development: Harnessing social protection for gender equality, resilience and transformation*. Nova Iorque: UN Women, 2024. 169 p. (A/79/111). ISBN 978-92-1-106646-3

cenário evidencia a urgência de ampliar a luta pela defesa dos direitos femininos e cobrar ações efetivas dos governos para garantir a proteção das mulheres em suas múltiplas dimensões.

Sen (1999)³⁹ oferece uma perspectiva crucial ao defender que o desenvolvimento deve focar na expansão das liberdades e não apenas no crescimento da riqueza. Para ele, a pobreza é a privação de direitos e oportunidades. Essa abordagem, como destacado por Alwis (2024)⁴⁰, é essencial para compreender as limitações enfrentadas por mulheres em contextos de desamparo socioeconômico, em especial mulheres que sustentam suas famílias sozinhas. A desigualdade de gênero não apenas restringe as oportunidades de mulheres, mas também perpetua ciclos de fragilidade social, econômica e política. Portanto, discutir a pobreza feminina é, necessariamente, discutir a limitação de capacidades e a falta de acesso a recursos e proteções legais que afetam milhões de mulheres, sobretudo mulheres mães que chefiam lares, em todo o mundo.

No Ceará, cerca de 43,3% da população vive em situação de pobreza, definida pela renda familiar *per capita* mensal inferior a R\$ 703,62, segundo o relatório Enfoque Econômico Nº 294 - Pobreza e Extrema Pobreza no Ceará em 2024⁴¹ - divulgado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Além disso, conforme o estudo “O Perfil da Mulher no Ceará”⁴² em 2023, publicado pelo mesmo instituto em 2025, 61,4% dos domicílios pertencentes aos 20% mais pobres do estado são chefiados por mulheres, evidenciando a maior vulnerabilidade econômica feminina, especialmente quando atuam como responsáveis pelo núcleo familiar.

Como destacam Oliveira e Neto (2024)⁴³, os domicílios chefiados por mulheres cearenses estão entre os mais afetados pela fome e pela insegurança alimentar. Mesmo com a retomada da economia e a ampliação dos programas sociais após a pandemia, esses lares continuam enfrentando desafios significativos, especialmente quando as chefes de família são pretas, pardas ou possuem baixa escolaridade. Essa situação evidencia como a interseccionalidade de gênero, raça e classe

³⁹ SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁴⁰ ALWIS, Rangita de Silva de. *Looking Ahead to CSW 2024: Feminization of Poverty and Women's Agency*. [S. l.]: University of Pennsylvania Law School, 2024.

⁴¹ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. *Enfoque Econômico Nº 294 – Pobreza e Extrema Pobreza no Ceará em 2024*. Fortaleza: IPECE, 2025.

⁴² INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. *O perfil da mulher no Ceará – 2023*. Fortaleza: IPECE, mar. 2025.

⁴³ OLIVEIRA, A. J. P. de; NETO, J. M. Pobreza e fome no estado do Ceará: o contexto dos últimos anos. *Teoria e Debate*, São Paulo, v. 24, p. 1–10, 24 out. 2024.

agrava as condições de vida dessas mulheres, marcada pela chefia dos lares e por históricos de privações que atravessam gerações (Collins, 2000)⁴⁴.

Nesses termos, o objeto do estudo é analisar os aspectos intergeracionais da feminização da pobreza no município de Sobral, Ceará, com base em dados primários sociodemográficos e em informações relativas ao *background* familiar. Para atender esse objetivo, realizou-se uma pesquisa do tipo *survey* com ex-alunos que cursaram o Ensino Fundamental I das escolas públicas municipais entre o período de 2004 e 2008. Adotou-se como metodologia os métodos descritivo e o comparativo. O primeiro a fim de traçar o perfil das mulheres acometidas pela feminização da pobreza, e o segundo com o intuito de estabelecer um paralelo entre a realidade dessas mulheres e a de homens que compartilham características semelhantes.

Ainda que estudos como o de Belchior e Novellino (2008)⁴⁵; Souza et al. (2020)⁴⁶ e Santos e Almeida (2024)⁴⁷ tragam contribuições importantes para a temática, o presente estudo avança frente aos demais por contemplar o aspecto intergeracional na análise. Desse modo, o estudo contribui não apenas para a discussão sobre a feminização da pobreza, mas também para a análise dos aspectos de gênero na continuidade da pobreza de modo intergeracional, evidenciando a necessidade de políticas públicas que considerem as interseccionalidades e as múltiplas dimensões que definem a vida dessas mulheres.

Além da introdução, o presente artigo apresenta outras quatro seções. Na segunda tem-se a revisão da literatura sobre o tema, na terceira a metodologia adotada para atender os objetivos do estudo, a quarta por sua vez expõe os resultados gerados e na quinta e última tem-se as considerações finais.

⁴⁴ COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. 2. ed. Nova York: Routledge, 2000.

⁴⁵ BELCHIOR, J.; NOVELLINO, M. Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ABEP, 2008.

⁴⁶ SOUZA, V. de; FERNANDES, I. A.; RODRIGUES, L. S.; ALMEIDA, A. P. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. *Informe Gepec*, v. 24, n. 1, p. 53-72, 2020.

⁴⁷ SANTOS, M. H. P.; ALMEIDA, A. C. DE. Feminização da pobreza: uma análise sobre privações em aspectos relacionados à pobreza em tempos de covid-19. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 55, n. 2, p. 125–143, 2024.

2.2 REVISÃO DA LITERATURA

O conceito de "feminização da pobreza", denominado por Pearce (1978)⁴⁸, ganhou relevância ao destacar o aumento significativo de domicílios chefiados por mulheres entre os mais pobres. Essas mulheres, muitas vezes também “mães solo”, enfrentam duplas jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo, limitando suas oportunidades no mercado de trabalho e na educação. Federici (2012)⁴⁹ reforça que o trabalho reprodutivo - incluindo cuidados com filhos e tarefas domésticas - é fundamental para a reprodução da força de trabalho, mas também contribui para a marginalização econômica das mulheres.

Kabeer (2003)⁵⁰ complementa essa visão ao destacar que a desigualdade de gênero é um fator central na perpetuação da pobreza, especialmente em contextos em que mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo e têm acesso limitado a recursos econômicos. Para a autora, a integração da perspectiva de gênero nas políticas de erradicação da pobreza é essencial para romper ciclos de desigualdade estrutural.

Para Pearce (1978) “A pobreza está a tornar-se rapidamente um problema feminino”. O termo *feminization of poverty*, cunhado pela própria autora, identifica um fenômeno ainda latente e complexo dado a sua fenomenologia. Pois, ainda que as mulheres tenham conquistado maior independência econômica com sua participação no mercado de trabalho, para muitas, esse processo tem significado, paradoxalmente, o empobrecimento. Em paralelo, outros fenômenos relevantes ocorreram: o aumento no número de divórcios, nascimentos ilegítimos e, em especial, o aumento de domicílios chefiados por mulheres.

O estudo de Hooks (2019)⁵¹ revela que o empobrecimento das mulheres não é um fenômeno recente. Mesmo porque a pobreza, sobretudo para mulheres pretas e pardas latinas, sempre foi uma realidade. Essa realidade, para Federici (2023)⁵², acompanhou a difusão da globalização, com a estruturação da nova divisão sexual do trabalho, excluindo parte das mulheres da esfera do trabalho

⁴⁸ PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*, February, 1978.

⁴⁹ FEDERICI, S. *O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2012.

⁵⁰ KABEER, N. *Gender Mainstreaming in Poverty Eradication and the Millennium Development Goals*. Londres: Commonwealth Secretariat, 2003.

⁵¹ HOOKS, B. *Teoria feminista: da margem ao centro*. 2. ed. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

⁵² FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2023.

socialmente reconhecido e as condicionando aos cuidados com os filhos e o lar. A diferenciação entre trabalho reprodutivo⁵³ e produtivo assume um papel de destaque na concepção histórica do papel da mulher no meio social, bem como seu avanço à vulnerabilidade social e econômica.

Logo, a feminização da pobreza não pode ser compreendida apenas como reflexo das mudanças nos arranjos familiares, mas sim como fenômeno estruturado por desigualdades históricas e econômicas profundas. A marginalização das mulheres no mercado de trabalho, combinada com a naturalização do trabalho reprodutivo, conforme discutido por Federici (2023), reforça um ciclo de vulnerabilidade que, longe de ser uniforme, atinge de maneira desproporcional mulheres pretas, pardas e latinas, como fundamentou Hooks (2019). Esse cenário revela que a desigualdade de gênero atua em constante interação com fatores raciais, de classe e institucionais, criando uma teia de precarização que intensifica a dependência feminina por políticas assistenciais.

Na concepção de Chant (2007 apud Amal et.al.,2023)⁵⁴, o fenômeno da feminização da pobreza é também, para além da definição de Pearce (1978), sobre mulheres experimentarem mais dificuldades ao vivenciar a pobreza e extrema-pobreza, tanto quanto sair dela, em comparativo aos homens. O fardo da pobreza vivenciada pelo público feminino contempla até mesmo, para aquelas que são mães solo, a possibilidade da transmissão intergeracional da pobreza, onde mães pobres passarão a experiência e a realidade da privação de renda e indignância para os seus filhos.

Novellino (2004, apud Garrucho et.al.,2021)⁵⁵ apresenta a classificação das Nações Unidas para domicílios chefiados por mulheres em três principais pontos: (I) domicílios compostos por somente uma pessoa; (II) domicílios onde há mulheres e crianças, mas não há homens adultos; (III) domicílios onde há homens adultos presentes, mas devido à invalidez, desemprego, alcoolismo ou outros fatores, a mulher é a principal provedora econômica. Essa classificação representa uma releitura importante do trabalho de Pearce (1978) que, à sua época, restringiu os seus estudos enfaticamente aos domicílios mantidos por mulheres cujo as quais não possuíam cônjuges.

⁵³ O trabalho reprodutivo, conforme definido por Federici (2012), refere-se às atividades não remuneradas que sustentam a vida e a força de trabalho, como o cuidado com crianças, idosos, doentes e as tarefas domésticas.

⁵⁴ AMAL, Bakhrul Khair; KHOMARUDDIN, Hamid; SIREGAR, Siti Zakiyah. Feminization of poverty: a study of women housewife in communities in Medan city. *Russian Law Journal*, v. 11, n. 5, p. 2176-2186, 2023.

⁵⁵ GARRUCHO, M. E. G.; CABRERA, CERVO; L.; CALDARELLI, C. E.. Pobreza feminina no Brasil: os domicílios pobres chefiados por mulheres. *Revista Orbis Latina-Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras*, v. 11, n. 1, p. 142-159, 2021.

Amal et.al. (2023) citam, em termos gerais, a feminização da pobreza como uma condição onde as mulheres, que vivem sozinhas ou como mães chefes de família, têm sempre um maior risco de estar em situação de vulnerabilidade e desvantagem social por serem mulheres. O aspecto de gênero, em especial a subjugação vivenciada por mulheres, é fundamental para entender a ocorrência do fenômeno e confirmar a necessidade de políticas públicas voltadas para a correção da desigualdade e busca pela equidade de gênero.

Souza et.al. (2020) ressaltam que o fenômeno da feminização da pobreza possui aspectos históricos que referem à um longo período de segregação feminina, tão antigo quanto à estrutura patriarcal, onde o gênero constitui função valorativa e distintiva na construção de normas e nas relações sociais em si, na qual há sempre um privilégio da masculinidade. Em uma visão condensada, para Costa et al. (2005)⁵⁶ a feminização da pobreza é, essencialmente, um fenômeno atemporal.

Ainda assim, para Passos e Souza (2021)⁵⁷, a vulnerabilidade feminina não é experimentada igualmente por todas as mulheres, pois as mulheres em si não são um grupo simétrico. Compreender as mulheres enquanto categoria homogênea é dissimular o privilégio de algumas e as desigualdades latentes de tantas outras. Uma visão interseccional, ou seja, a sobreposição de gênero, raça e classe é, portanto, uma contribuição importante para o entendimento de como outros fatores identitários organizam e, até mesmo, hierarquizam as vivências das mulheres enquanto grupo social.

Os aspectos da divisão sexual do trabalho também são citados por Pearce (1978), em especial para aquelas que são mães. O trabalho de cuidado para com os filhos reduz e dificulta a participação feminina no mercado de trabalho. Sobre esse aspecto, Souza et.al. (2020) observou que nos domicílios em que se tem um número maior de crianças, as chances de se inserir na pobreza se intensificam significativamente. O relatório global da ONU que discute a realidade das mulheres em todo mundo sob os contextos das mudanças ocorridas nas famílias ao longo da última década⁵⁸, aponta que as famílias monoparentais femininas, com a presença de crianças de até seis anos, enfrentam taxas de pobreza mais evasivas que famílias duoparentais em até 20 pontos percentuais.

⁵⁶ COSTA, J. S. de M.; SOUZA, M. C. A.; MORAES, M. C. *A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil*. Brasília: Ipea, 2005. (Texto para Discussão, n. 1137).

⁵⁷ PASSOS, L.; SOUZA, L. Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas. *Revista Katálysis*, v. 24, n. 1, p. 198-209, 2021.

⁵⁸ UNITED NATIONS PUBLICATIONS. *Progress of the world's women 2019-2020: Families in a changing world*. [S.l.]: UN, 2019. 160 p. ISBN 978-92-1-130297-0.

Para Amal et.al. (2023), a divisão sexual do trabalho oprime as mulheres e as colocam em situação desfavorável quando elas estão em posição de prover suas respectivas famílias. Isso porque as relações sociais são, tal como no agregado familiar, inerentemente patriarcais e reforçam posições de poder onde as mulheres são subservientes aos homens e responsáveis diretas por toda a execução do trabalho doméstico, incluindo o cuidado com as crianças.

Novellino (2008)⁵⁹ reforça a assertiva de que o principal impedimento para uma melhor alocação de mulheres no mercado de trabalho decorre de suas funções reprodutivas. A autora ressalta que muitos empregadores tendem a ver o ambiente doméstico e o cuidado com os filhos como as principais atribuições das mulheres, enquanto o trabalho é visto como atividade temporária e secundária. Assim sendo, a inserção e manutenção feminina na força laboral não podem ser tratadas sem considerar o trabalho de cuidado exercido majoritariamente por mulheres.

De acordo com Grecco et.al. (2018)⁶⁰, um dos principais enfoques de discussão e crítica da Economia Feminista é a desvalorização do trabalho reprodutivo pois, sob a óptica das principais correntes neoliberais e marginalistas, a valoração do trabalho advém do seu retorno mercantil, não sendo possível determinar o retorno monetário do trabalho doméstico exercido pelas mulheres. Dessa forma, o trabalho doméstico e de cuidado, não somente é negligenciado, mas também – na perspectiva da divisão social e sexual do trabalho, onde os homens estão para as atividades produtivas e as mulheres estão para as atividades reprodutivas - é naturalizado como inerentemente feminino.

Kobelinski (2020)⁶¹ aponta que a principal dificuldade enfrentada por muitas mulheres é o cuidado com os filhos, para além das tarefas domésticas. Evidenciando as dificuldades nítidas das mães-trabalhadoras em conciliar a maternidade com uma possível retomada aos estudos e ao mercado de trabalho formal devido à incompatibilidade com turnos e horários. Nesses termos, o

⁵⁹ NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Chefias femininas de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

⁶⁰ GRECCO, F. S.; FURNO, J. da C.; TEIXEIRA, M. O. Por uma ciência econômica feminista. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 11–22, 2018.

⁶¹ KOBELINSKI, Milena. *Feminização da pobreza e famílias monoparentais: reflexões sobre os impactos dessa relação na vida das mulheres-mães*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020.

trabalho doméstico potencializa, para as mulheres, a busca por trabalhos informais, argumenta Guarda (2023)⁶².

Mulheres negras, encontram ainda mais desafios para entrar no ambiente de trabalho e, por muitas das vezes, só encontram a informalidade como alternativa para sobreviverem. Essa realidade se materializa em diversas ocupações majoritariamente femininas: além do trabalho de diarista, atividades como produção e venda de marmitas, bolos e tortas; serviços de costura; cuidados infantis (babás); e, nos casos mais extremos de exclusão, a prostituição. Essas percepções asseveram a realidade rude para as mulheres que chefiam seus lares, em especial para aquelas que também experienciam a maternidade em um arranjo de parentalidade solo (Kobelinski, 2020).

Bradshaw et.al. (2019)⁶³ aponta que as políticas públicas assistenciais para mulheres em vulnerabilidade socioeconômica, por muitas das vezes, parecem reforçar uma das principais estruturas que favorecem a pobreza feminina: o trabalho de cuidado. Inclusive, a razão por muitas das vezes as mulheres serem o alvo de políticas públicas que buscam minimizar os índices de pobreza é exatamente pelos planejadores considerarem que as mulheres tendem a investir mais em seus filhos, quando na verdade elas próprias são também as provedoras de suas famílias (Buvinic; Gupta, 1997 apud Novellino, 2008).

Para além de políticas públicas que em muitos casos reafirmam estereótipos de gênero e, concomitantemente, estratificações que conservam a pobreza feminina, Ichwara et.al. (2023)⁶⁴ demonstram em seu trabalho sobre a feminização da pobreza no Quênia que além de transferências de dinheiro, a alfabetização e educação superior contribuíram para reduzir a diferença de pobreza de gênero, sob a óptica de comparação entre domicílios chefiados por homens e mulheres.

Nesse sentido, entende-se que as políticas públicas para mulheres em situação de privação econômica devem ser pensadas como uma síntese de ações de combate à pobreza e políticas de gênero que envolvam não somente o acesso adequado à renda, mas que também priorizem o acesso aos serviços básicos, assim como a luta contra a violência e o comprometimento ao combate das

⁶² GUARDA, É. T. S. *Identificação e comportamento da feminização da pobreza no Brasil e no México (2000–2010)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

⁶³ BRADSHAW, S.; CHANT, S.; LINNEKER, B. Challenges and changes in gendered poverty: the feminization, de-feminization, and re-feminization of poverty in Latin America. *Feminist Economics*, v. 25, n. 1, p. 119-144, 2019.

⁶⁴ ICHWARA, J. M.; KIRITI-NG'ANG'A, T. W.; WAMBUGU, A. Changes in gender differences in household poverty in Kenya. *Cogent Economics & Finance*, v. 11, n. 1, 2023.

desigualdades de gênero (Novellino, 2008 apud Moraes, 2023)⁶⁵. Dessa forma, pensar o fenômeno da feminização da pobreza exige muito além dos, já consensuais, questionamentos relacionados à restrição de renda ou, superficialmente, a independência econômica e financeira das mulheres. É preciso romper com a atual forma de divisão sexual do trabalho e da natureza social da parentalidade.

É necessário repensar as atuais políticas públicas voltadas para as mulheres, que na maioria das vezes resumem-se em transferências regulares de renda sem soluções transversais e estruturadas no longo prazo. É preciso mitigar a motivação central da pobreza feminina: a estandardização de uma cultura sexista que é, assumidamente, um problema cujo cerne é estrutural e que está concebido nas relações sociais, nos papéis de gênero e, por conseguinte, nas relações políticas e econômicas tão desiguais entre homens e mulheres construídas até então.

2.3. METODOLOGIA

Os dados da pesquisa são de natureza empírica, coletados por meio de um questionário aplicado para 137 pessoas⁶⁶ entre 25 e 28 anos que estudaram no ensino fundamental I da rede pública do município de Sobral entre os anos de 2004 e 2008. A relação dos nomes dos ex-estudantes foi fornecida pela Secretaria de Educação municipal e os endereços atuais e telefones de contato dos mesmos foram localizados por meio de redes sociais, da plataforma *Google* e, predominantemente, por meio do cadastro no CadÚnico, cedido pela Casa do Cidadão do município. O questionário aborda aspectos sociais, econômicos e demográficos dos entrevistados, sendo fundamental para traçar uma perspectiva detalhada sobre o perfil das mulheres acometidas pela feminização da pobreza e privação de renda intergeracional.

A escolha do período considerado deve-se ao fato desse período representar os primeiros anos de execução do Programa Bolsa Família (PBF) e, portanto, da primeira leva de filhos de famílias contempladas pelo programa no município. Programa este que tem como principal meta a erradicação da pobreza do curto prazo e também da privação de renda intergeracional, já que uma das condicionalidades do programa é a frequência do filho na escola e cumprimento do calendário

⁶⁵ MORAES, T. D. de. Transformações político-econômicas e políticas públicas para mulheres na perspectiva da feminização da pobreza no Brasil (1995-2015). *Perspectivas Sociais*, v. 9, n. 01, p. 185-207, 2023.

⁶⁶ A pesquisa de campo ocorreu entre os meses de janeiro e setembro de 2024.

de vacinação das crianças (Brasil, 2023).⁶⁷ Conforme relatado por Laguinge et al. (2024)⁶⁸, essas condicionalidades podem elevar o capital humano e, conseqüentemente, a renda futura dos filhos.

A condição de feminização da pobreza foi delimitada a partir de cinco filtros realizados na amostra: mulher; solteira; com filhos; chefes de família e que recebem o PBF ou qualquer outro benefício social do governo. Adicionalmente, para analisar a transmissão intergeracional da pobreza construiu-se uma variável *dummy* que recebeu o valor 1 para o caso de além do respondente receber um programa de transferência de renda atualmente, sua mãe ou seu pai ter sido beneficiário de algum programa quando este era criança, atribuindo o valor 0 do contrário.

Como estratégia metodológica, optou-se pelo método descritivo e comparativo, complementado por uma análise teórica e conceitual fundamentada na literatura existente sobre o tema. O método descritivo foi adotado com o objetivo de organizar e apresentar os dados de forma sistemática, possibilitando a identificação das principais características socioeconômicas do grupo selecionado. Essa abordagem é amplamente utilizada em estudos sobre pobreza e gênero, como os de Amal et al. (2023), que aplicaram o método descritivo para analisar as principais características de mulheres em condição de fragilidade socioeconômica e chefes de família em Medan, na Indonésia, e de Belchior e Novellino (2008), que o utilizaram para construir diferentes perfis de mulheres em contexto de carência socioeconômica no Brasil, incluindo aspectos de raça e classe.

Já o método comparativo tem como objetivo principal estabelecer um paralelo entre a realidade de mulheres acometidas pela feminização da pobreza e a de homens que compartilham características semelhantes, como a chefia de domicílio, a condição de monoparentalidade e o recebimento de benefícios assistenciais. Busca-se, assim, compreender de que forma a perspectiva de gênero, especialmente no que se refere à monoparentalidade feminina e à responsabilidade pela chefia familiar, impacta a propensão à pobreza, mesmo entre indivíduos com condições estruturais semelhantes.

⁶⁷ BRASIL. Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 20 jun. 2023.

⁶⁸ LAGUINGE, L.; GASPARINI, L.; NEIDHÖFER, G. *The long-run effects of conditional cash transfers: the case of Bolsa Família in Brazil*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2024.

O Quadro 2.1 a seguir apresenta um conjunto de variáveis sociodemográficas das respondentes e de seus pais (*background* familiar), incluídas na pesquisa a fim de analisar a situação de feminização da pobreza e de insuficiência intergeracional de renda.

Quadro 2.1. Descrição das variáveis sociodemográficas usadas na pesquisa.

Categoria	Características	Descrição
Mulheres	Cor	Classificação étnico-racial das mulheres (ex.: preta, parda, branca, indígena, amarela).
	Escolaridade	Nível de instrução formal alcançado (ex. ensino fundamental incompleto, médio completo etc.).
	Ocupação	Situação profissional atual ou mais recente (ex.: empregada formal, desempregada, autônoma).
	Número de Filhos	Quantidade de filhos.
	Membros no Domicílio	Número total de pessoas que residem no mesmo domicílio.
<i>Background Familiar</i>	Ocupação dos Pais	Profissão ou situação laboral, tanto do pai quanto da mãe, quando os respondentes eram crianças (ex.: agricultor, comerciante, desempregado).
	Escolaridade dos Pais	Nível de instrução formal, tanto do pai quanto da mãe (ex.: ensino fundamental incompleto, analfabeto).
	Número de Filhos dos Pais	Quantidade de filhos que os pais tiveram.
	Pais Moram Juntos	Indica se os pais residiam juntos.
	Chefe da Família	Identificação de quem era o principal responsável pelo sustento da família, se o pai, a mãe ou outro.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

É essencial a inclusão da variável “cor” em estudos sobre pobreza, sobretudo a feminina. Para Passos e Souza (2021), mulheres pretas, pardas e indígenas são mais suscetíveis à vulnerabilidade socioeconômica. A “escolaridade” e a “ocupação” são também imprescindíveis para analisar contextos de privação de renda. Especificamente no caso feminino, Pearce (1978) contextualiza que a busca por trabalho barato e trabalho feminino se tornou sinônimo, e Scott (2002 apud Silveira; Silva, 2013)⁶⁹ ressalta que as mulheres que são mães possuem chances mais restritas de se capacitarem para o mercado de trabalho e de continuarem os estudos, em detrimento dos cuidados com os filhos e com o lar.

⁶⁹ SILVEIRA, Elana Cavalcante; SILVA, Suzana de Fátima Marques. Chefia feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza. *IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social*, v. 29, 2013.

É relevante também considerar os “Membros no Domicílio”, pois em muitos casos, além do cuidado com os filhos, as mulheres que vivenciam a feminização da pobreza alocam tempo no cuidado com idosos e outros membros da família.

Já as variáveis relativas ao *background* familiar têm como objetivo identificar a continuidade da pobreza entre gerações. Nesses termos, o “Número de Filhos dos Pais” é incluído devido à maior probabilidade de pobreza intergeracional em famílias numerosas (Khawaja, 2003)⁷⁰, enquanto que para “Pais Moram Juntos” verifica se que as famílias biparentais tem mais chances dos filhos escaparem da pobreza (Junior et al., 2013)⁷¹. Ao passo que a “ocupação” e “escolaridade” dos pais são variáveis-chave na análise da mobilidade intergeracional. Sendo a variável de “Chefe da Família” incluída para compreender o papel do indivíduo de referência, pai ou mãe, na reprodução do ciclo da pobreza. No caso de mães pobres e chefes de família, por exemplo, Chant (2007 apud Amal, 2023) revela que há mais chances de transmissão intergeracional da pobreza.

2.4 RESULTADOS PRODUZIDOS

Nesta seção, têm-se os resultados obtidos a partir da análise descritiva das variáveis. Esses resultados são apresentados por meio de três tabelas em que a primeira 2.1 se refere aos dados gerais da população da amostra em situação de vulnerabilidade social, com destaque para as mulheres acometidas pela feminização da pobreza - incluindo àquelas impactadas também pela reprodução intergeracional da pobreza - em contraste com homens que compartilham características semelhantes (chefes de família, com filhos, sem cônjuges e beneficiários de políticas assistenciais).

As outras duas tabelas descrevem as características sociodemográficas das mulheres que vivenciam a feminização da pobreza, bem como daquelas que também herdaram a pobreza de seus genitores. É importante ressaltar que, nas Tabelas 2.2 e 2.3, os dados estão consolidados de forma agregada. Dentre os resultados apresentados nas referidas tabelas, optou-se por destacar principalmente as proporções mais acentuadas, a fim de tornar a apresentação dos resultados mais clara e dinâmica.

⁷⁰ KHAWAJA, M. Migration and the reproduction of poverty: the refugee camps in Jordan. *International Migration*, v. 41, n. 2, p. 27-57, 2003.

⁷¹ JUNIOR, N.; DE BRITO RAMALHO, H. M.; DA SILVA, E. K. Transmissão intergeracional de educação e mobilidade de renda no Brasil. *Revista Economia e Desenvolvimento*, v. 12, n. 2, p. 11-23, 2013.

A partir dos dados da Tabela 2.1, observa-se que 36,47% das mulheres estão em situação socioeconomicamente vulnerável. São mulheres que assumem de forma exclusiva as responsabilidades pela criação dos filhos, tanto financeiras quanto afetivas, em uma família monoparental e que dependem de um auxílio social do Estado para se manterem. Além disso, para 28,23% das mulheres em situação de feminização da pobreza a insuficiência de renda foi transmitida a partir de seus pais. Em contrapartida, entre os homens que compartilham essas mesmas características (solteiros, chefes de família e com filhos), 9,61% são pobres, sendo que para a totalidade deles a privação de renda foi herdada de seus genitores.

Esses resultados revelam uma discrepância significativa entre homens e mulheres na proporção de indivíduos em situação de pobreza associado ao contexto da monoparentalidade e chefia familiar, com clara predominância representada por mulheres, além de sua relação com a transmissão intergeracional da pobreza.

Lima e Oliveira (2023)⁷², em um estudo sobre pobreza das mulheres chefes de família no Nordeste do Brasil, destaca que nos casos em que não há a presença de cônjuge ou companheiro, as dimensões relativas à disponibilidade de recursos e uso do tempo, são os fatores nos quais as mulheres se mostram mais vulneráveis em comparação aos homens. Essa vulnerabilidade explicaria as diferenças desproporcionais entre gênero, evidenciando que, mesmo sob as mesmas condições analisadas, as mulheres se mostram expressivamente entre os mais pobres e dependentes de políticas públicas assistenciais.

Tabela 2.1. Distribuição da População em Situação de Vulnerabilidade Social por Gênero: Feminização da Pobreza, Chefia Familiar Monoparental e Pobreza Intergeracional.

Grupo Populacional	Frequência	Percentual (%)
Mulheres	85	100
Mulheres em situação de feminização da pobreza	31	36,47
Mulheres em situação de feminização da pobreza e da pobreza intergeracional	24	28,23
Homens	52	100
Homens solteiros, chefes de família e com filhos em situação de pobreza	5	9,61
Homens solteiros, chefes de família e com filhos em situação de pobreza intergeracional	5	9,61
Total da população que herdou a pobreza dos pais	29	21,16

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

⁷² MENEZES N. De O., N. S.FERREIRA De L., J. Pobreza das mulheres chefes de família da região Nordeste do Brasil: uma análise multidimensional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 19, n. 3, 2023.

Na Tabela 2.2 nota-se que, das mulheres que vivenciam a feminização da pobreza (mães solo e chefes de família assistidas por políticas sociais), 93,55% delas são pretas ou pardas e por receberem o PBF ou outro programa de transferência de renda, estão fora do mercado de trabalho regular. O número desproporcional de mulheres negras em privação de renda como chefes de família e em maternidade solo evidencia que a vulnerabilidade social e econômica está fortemente associada à questão racial.

Para Lavinias (1996)⁷³ a dimensão racial é um parâmetro fundamental para os estudos da pobreza de gênero, pois condiciona a mulher negra, além da discriminação baseada no sexo, à discriminação racial. Essa dupla vulnerabilidade multiplica os desafios enfrentados por mulheres pretas e pardas, especialmente quando sobrepostas às questões da maternidade. A maternidade, por sua vez, restringe ainda mais sua participação no mercado de trabalho, impactando de forma significativa a alocação dessas mulheres em empregos formais. Essa situação se agrava quando, além de mães, essas mulheres assumem também o papel de provedoras financeiras de suas famílias, acumulando responsabilidades que limitam suas oportunidades e reforçam ciclos de pobreza.

Em âmbito nacional, de acordo com a PNAD Contínua 2022 do IBGE, famílias chefiadas por mães solo, pretas ou pardas, apresentam os maiores índices de pobreza no Brasil. Cerca de 72% dessas famílias vivem em situação de pobreza, enquanto 22,6% enfrentam a extrema pobreza. Esses números não apenas destacam essa configuração familiar como a mais vulnerável do país, evidenciando a sobreposição entre desigualdades de gênero, raça e classe, como também revelam a reprodução desse padrão no município de Sobral, onde mulheres negras ocupam os primeiros lugares nos índices de vulnerabilidade econômica e marginalização social.

A Tabela 2.2 também revela que essas mulheres têm um nível educacional mais alto que seus pais. Enquanto 48,39% dos pais e 58,06% das mães não concluíram o ensino fundamental, 70,97% das filhas conseguiram concluir o ensino médio. No entanto, em relação à profissão, especialmente ao observado para as mães dessas mulheres, nota-se um aumento de um padrão: a não inserção no mercado de trabalho formal. Para esse grupo, é possível afirmar que 41,94% das mães eram donas de casa ou não possuíam qualquer vínculo empregatício regular. Hoje esse número é representado por 93,55% das filhas.

⁷³ LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n. 2, p. 464-479, 1996.

Nesse sentido, a não inserção dessas mulheres no mercado de trabalho formal substancializa a observação de Pearce ainda em 1978, ao ressaltar que quando a alocação no trabalho remunerado ocorre, essa inclusão está fortemente associada a ocupações informais e de menor remuneração. Conseqüentemente, essas mulheres se tornam mais dependentes de políticas públicas assistenciais para garantir o sustento de suas famílias.

Ainda em relação ao *background* familiar, para mais da metade do público feminino em questão (58,06%), os pais viviam juntos quando estas eram crianças, mas tinham a mãe como indivíduo de referência na chefia familiar para quase metade dos casos (48,39%). Além disso, em torno de 23% dos pais das mulheres analisadas tiveram três filhos, mas há situações de pais que tiveram onze filhos.

Entre as mulheres que experienciam a feminização da pobreza, 48,39% delas possuem até dois filhos e 48,39% dessas vivem em lares com três membros no domicílio. Em relação ao número de filhos, vale ressaltar que os respondentes têm idade entre 25 e 28 anos e, portanto, ainda em idade reprodutiva.

Tabela 2.2. Características Sociodemográficas das Mulheres que Vivenciam a Feminização da Pobreza em Sobral.

Categoria	Características	Classificação	Mínimo	Máximo
Mulheres	Cor, Escolaridade, Ocupação, Número de Filhos, Membros no Domicílio	- Preta ou parda: 93,55% - Ensino médio completo: 70,97% - Fora do mercado de trabalho formal: 93,55% - 2 filhos: 48,39% - 3 membros no domicílio: 51,61%	Número de Filhos: 1	Número de Filhos: 3
<i>Background</i> Familiar	Ocupação e Escolaridade dos Pais, Número de Filhos dos Pais, Pais Moram Juntos, Chefe da Família	- Pai: Profissionais de produção e manutenção (38,71%) - Mãe: Fora do mercado de trabalho formal (41,94%) - Pai: Ensino fundamental incompleto (48,39%) - Mãe: Ensino fundamental incompleto (58,06%) - 3 filhos (Pais): 22,58% - Pais moram juntos: 58,06% - Chefe da família: Mãe (48,39%)	Número de Filhos dos Pais: 1	Número de Filhos dos Pais: 11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Na Tabela 2.3, das mulheres vítimas da feminização da pobreza e que também estão reproduzindo a pobreza dos pais, não há tanta dispersão em relação à Tabela 2. Mulheres pretas e pardas compõem 95,83% da amostra, sendo que 91,67% estão fora do mercado de trabalho regular e 70,83% concluíram o ensino médio. Para o conjunto das mulheres analisadas na tabela abaixo, o

principal provento financeiro de suas famílias quando eram crianças vinham de suas mães, em torno de 54%, um percentual ligeiramente superior em relação ao caso anterior.

Percebe-se, assim, a repetição de um outro padrão: uma presença significativa de mulheres em condição de fragilidade social e econômica que hoje são mães solo e chefes de família, cujas mães também foram chefes de família e necessitaram de políticas públicas de assistência social no passado. Inclusive, para Belchior e Novellino (2008) a transmissão intergeracional da pobreza é vista diretamente como um fenômeno da feminização da pobreza. Isto é, a pobreza afeta os filhos dessas mulheres que são mães solo e chefes de família, que acabam por reproduzir as mesmas disparidades sociais do seu contexto familiar.

Em um estudo anterior, realizado por Sousa (2013), sobre o perfil das mulheres atendidas pelo programa Bolsa Família na cidade de Sobral, notou-se que mais da metade delas eram solteiras (66%), tinham entre dois (35%) e um (26%) filho e estavam desempregadas (67%). Doze anos após a realização dessa pesquisa, o perfil dessas mulheres mantém-se como mães solo e chefes de família, mas que, atualmente, estão em maior número fora do mercado de trabalho formal.

Tabela 2.3. Características Sociodemográficas das Mulheres que Vivenciam a Feminização da Pobreza e são Pobres Intergeracionais em Sobral.

Categoria	Características	Classificação	Mínimo	Máximo
Mulheres	Cor, Escolaridade, Ocupação, Número de Filhos, Membros no Domicílio	- Preta ou parda: 95,83% - Ensino médio completo: 70,83% - Fora do mercado de trabalho formal: 91,67% - 2 filhos: 50% - 3 membros no domicílio: 66,67%	Número de Filhos: 1	Número de Filhos: 3
Background Familiar	Ocupação e Escolaridade dos Pais, Número de Filhos dos Pais, Pais Moram Juntos, Chefe da Família	- Pai: Profissionais de produção e manutenção (41,67%) - Mãe: Fora do mercado de trabalho formal (41,67%) - Pai: Ensino fundamental incompleto (45,83%) - Mãe: Ensino fundamental incompleto (54,17%) - 3 filhos: (25%) - Pais moram juntos: (58,33%) - Chefe da família: Mãe (54,2%)	Número de Filhos dos Pais: 1	Número de Filhos dos Pais: 11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Os resultados revelam, portanto, a representatividade expressiva de mulheres pretas e pardas em situação de vulnerabilidade social. Além disso, a influência do histórico familiar, com destaque para a chefia familiar que era majoritariamente representada pelas mães dessas mulheres acometidas pela feminização da pobreza e da pobreza intergeracional, quando estas eram crianças. Aspecto que se configura como relevante e que deve ser considerado na análise da continuidade da pobreza entre gerações.

Diante disso, a figura feminina se destaca como central na compreensão das desigualdades e, não apenas isso, evidencia-se também a necessidade de entender o gênero como um fator diferencial para a análise da pobreza. A vulnerabilidade social em relação às mulheres assume um caráter distinto tanto em suas causas, quanto em suas formas de enfrentamento. É fundamental, portanto, repensar as políticas públicas para que se tornem, além de assistenciais, ferramentas de promoção da igualdade de gênero, assim como mecanismos de transformação social e econômico para o público feminino. É igualmente crucial considerá-las enquanto sujeitos interseccionais, cujas violências transcendem o gênero e se entrelaçam com questões de classe e raça.

Os resultados deste estudo confirmam que essas mulheres enfrentam dificuldades para romper o ciclo de empobrecimento, muitas vezes herdado de gerações anteriores. A análise revela que, assim como suas mães, elas permanecem excluídas do mercado de trabalho formal e dependem de políticas públicas de assistência para garantir sua subsistência e de sua família. Esses achados alinham-se ao que já vem sendo discutido na literatura sobre a feminização da pobreza e outros estudos relacionados à condição de gênero, desigualdade social e interseccionalidade com raça e classe. Guarda (2023) ressalta também que as famílias monoparentais femininas se encontram, comumente, em situação desfavorável dado às atribuições maternas e domésticas que incidem unicamente sobre elas e que esses mesmos domicílios, cujo as mulheres são os indivíduos de referência de chefia familiar, encontram-se mais propensos à pobreza do que quando comparado aos domicílios cujo um homem é o indivíduo de referência. A condição de gênero é, portanto, ainda mais opressora para mulheres mães que, na maioria das vezes, precisam sustentar sozinhas seus lares e cuidar de seus filhos e parentes.

2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi analisar, por meio de dados socioeconômicos e demográficos, a feminização da pobreza no município de Sobral - CE, bem como seus aspectos intergeracionais, a partir de um conjunto de variáveis relativas ao *background* familiar. Para isso, realizou-se uma

pesquisa primária do tipo *survey* em que foram entrevistadas pessoas que cursaram a rede pública do Ensino Fundamental I do município entre os anos de 2004 e 2008. A análise dos resultados baseou-se no método descritivo e o comparativo, por entender que estes são métodos adequados para traçar o perfil do grupo estudado e delimitar os padrões de transmissibilidade da pobreza entre gerações.

Dentre os resultados observou-se que mulheres pretas ou pardas, com baixa qualificação acadêmica e sem participação formal na força de trabalho são expressivamente as mais acometidas pela feminização da pobreza e também pela pobreza intergeracional, reforçando a assertiva de que a vulnerabilidade socioeconômica que se perpetua entre gerações está intimamente ligada às questões interseccionais. Entre as que vivenciam a feminização da pobreza, àquelas que também herdaram a pobreza de seus pais, a maioria delas são de famílias em que as suas mães eram também a principal provedora de recursos financeiros quando estas eram crianças.

De fato, os resultados apontam para um padrão de repetição entre gerações, não somente quanto a insuficiência de renda, mas também em relação a transmissão de um certo padrão: a não inserção no mercado de trabalho formal e a dependência de programas de transferências de renda, apesar das mulheres analisadas terem um nível de educação formal superior ao de seus pais. Ressalta-se inclusive um aumento significativo na proporção de mulheres fora das atividades laborais formais, comparativamente ao caso de suas mães na mesma condição no passado.

Com isso, a perspectiva da pobreza neste estudo não se limita apenas à restrição de renda, mas também abarca nuances nem sempre explícitas que impactam essas mulheres, estruturas que permeiam os arranjos sociais e econômicos vigentes e que ainda demandam amplo debate. A maternidade, o trabalho de cuidado associado a ela, a dupla jornada enfrentada por tantas mulheres e, por consequência, a inserção precária no mercado de trabalho as tornam dependentes de políticas de transferência de renda para sobreviver. É essencial repensar as políticas assistenciais para que também se tornem políticas de gênero, assumindo o papel de promover liberdade social e econômica para essas mulheres, além de garantir seguridade e oportunidades para seus filhos.

Por fim, sugere-se a necessidade de futuras pesquisas que ampliem a abordagem para outros contextos socioeconômicos. Análises mais aprofundadas, como estudos de correlação ou regressão logística, poderiam complementar estes achados em investigações futuras.



O “O Boletim de Gestão Pública” e outras publicações do IPECE encontram-se disponíveis na internet através do endereço:
www.ipece.ce.gov.br